



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS III – GUARABIRA/PB

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

JOSÉ NOBERTO ANDRADE DE ALMEIDA

**O IBGE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA
DURANTE O ESTADO NOVO: UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA
BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939 – 1942)**

GUARABIRA

2022

JOSÉ NOBERTO ANDRADE DE ALMEIDA

**O IBGE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA
DURANTE O ESTADO NOVO: UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA
BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939 – 1942)**

Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Evolução do pensamento geográfico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angélica Mara de Lima Dias

GUARABIRA

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447i Almeida, José Noberto Andrade de.

O IBGE e a constituição de uma geografia escolar moderna durante o Estado novo [manuscrito] : um estudo a partir da Revista Brasileira de Geografia (1939-1942) / José Noberto Andrade de Almeida. - 2022.

53 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH."

1. Geografia. 2. Ensino secundário. 3. Revista Brasileira de Geografia. I. Título

21. ed. CDD 910

JOSÉ NOBERTO ANDRADE DE ALMEIDA

**O IBGE E A CONSTITUIÇÃO DE UMA GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA
DURANTE O ESTADO NOVO: UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA
BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939 – 1942)**

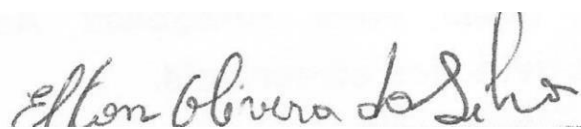
Aprovada em: 19/07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Angélica Mara de Lima Dias (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Elton Oliveira da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Aos meus pais, Luzinete e Severino,
orientadora e familiares por todo apoio.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as bênçãos e pelo privilégio da vida.

Aos meus pais Luzinete e Severino por estarem sempre comigo e serem a base da minha vida, por batalharem diariamente para concretização de minhas conquistas. Por todo amor, carinho, simplicidade, companheirismo e dedicação. Por me ajudarem e incentivarem a nunca desistir dos meus objetivos. Amo vocês!

A minha madrinha Eunice por ser uma segunda mãe e ter trilhado comigo na vida e na trajetória escolar. Amo você!

A minha vó materna, Dona Luzia (*in memorian*), aos paternos Severina (*in memorian*) e Antônio pela sabedoria e amor aos netos.

Aos meus irmãos, Nieliton Carlos, Neira Carla e Noabson Kleber.

A minha orientadora Angélica Dias, por ser uma amiga para a vida e mãe universitária. Pelas oportunidades que nunca esquecerei (Monitoria, grupo de pesquisa, Pibic e outras), um lindo caminho percorrido junto comigo. Por abrir as portas de sua casa e pela recepção junto a Alexssandro. Pelos conselhos, ensinamentos e por ter me apresentado a história da Geografia escolar. Por toda confiança, paciência e por despertar o meu lado pesquisador.

Aos meus amigos Eduarda e Werllen que juntos formamos o “triteteto” com grande companheirismo e amizade, a Sebastião, Júlia e Jacqueline, que juntos formamos o “sexteto”. Aos amigos Arthur, Paulo, Tiago, Hayanne, Juliane e Mateus. A Vitória Dias pela amizade e companheirismo nos novos caminhos acadêmicos que surgiram. A Francinalva pela parceria como voluntária na pesquisa do Pibic. Obrigado!

Ao grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Geografia Escolar – LABORGEO.

Aos colegas de classe, da turma 2017.2, pelos momentos de amizade e por marcarem a minha vida acadêmica.

A todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram a chegar até aqui durante todo o curso. Obrigado!

- Que livro é esse: - perguntou-lhe o Pequeno Príncipe.- Que fazes o senhor aqui?

- Sou Geógrafo – respondeu o velho.

- Que é um geógrafo? – perguntou o príncipezinho.

- É um especialista que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades, as montanhas, os desertos.

- Isto é bem interessante – disse o pequeno príncipe. – Eis, afinal, uma verdadeira profissão!

E lançou o olhar, ao seu redor, no planeta do geógrafo. Nunca havia visto algo tão grandioso.

- Os livros de Geografia – disse o geógrafo – são os mais exatos. Nunca ficam ultrapassados. É muito raro que uma montanha mude de lugar. É muito raro um oceano secar. Nós escrevemos coisas eternas.

Antoine de Saint-Exupéry em: O Pequeno Príncipe

RESUMO

Nesta monografia, o nosso objetivo se dá na investigação do papel da *Revista Brasileira de Geografia* a partir das contribuições de suas publicações para a constituição da Geografia escolar moderna voltada para o ensino secundário no decurso do período de 1939 – 1942, quando o Brasil passava pelo período ditatorial do Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas. Para tanto, nos apoiamos na perspectiva dos estudos historiográficos e selecionamos como fonte principal de pesquisa o periódico organizado pelo IBGE, conhecido como *Revista Brasileira de Geografia* (RBG). No período estudado, em que Vargas visava um projeto econômico e educacional para o Brasil, acreditamos ser a criação do IBGE e da RBG parte integrada ao alcance de seus objetivos. Como procedimentos metodológicos, selecionamos no banco de dados da Biblioteca Digital do IBGE, artigos da *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) entre os anos de 1939 – 1942, em especial os que concernem as prescrições e práticas para o ensino da Geografia. Para além, realizamos um levantamento bibliográfico de autores como Delgado de Carvalho (1925), Camargo (2009), Dias (2013) e Albuquerque (2014) que nos auxiliaram a entender nossa temática de pesquisa. Em gabinete, realizamos a catalogação das revistas e leitura seguida de análise das publicações selecionadas. O periódico em análise se mostra como campo fértil para as investigações sobre a História da Geografia escolar, capaz de revelar interesses voltados para o ensino desta disciplina no recorte temporal estabelecido, bem como a constituição desta em bases modernas e científicas.

Palavras-chave: Geografia; Ensino secundário; Revista Brasileira de Geografia.

ABSTRACT

In this monograph, our objective is to investigate the role of *Revista Brasileira de Geografia* from the contributions of its publications to the constitution of modern school Geography focused on secondary education during the period 1939 - 1942, when Brazil was going through the dictatorial period of the Estado Novo, under the government of Getúlio Vargas. To this end, we rely on the perspective of historiographical studies and selected as the main source of research the journal organized by the IBGE, known as *Revista Brasileira de Geografia* (RBG). In the period studied, in which Vargas aimed at an economic and educational project for Brazil, we believe that the creation of IBGE and RBG is an integrated part of achieving its objectives. As methodological procedures, we selected articles from the *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) between the years 1939 - 1942 from the IBGE Digital Library database, especially those concerning the prescriptions and practices for teaching Geography. In addition, we carried out a bibliographic survey of authors such as Delgado de Carvalho (1925), Camargo (2009), Dias (2013) and Albuquerque (2014) who helped us to understand our research theme. In the office, we carried out the cataloging of the magazines and reading followed by analysis of the selected publications. The periodical under analysis proves to be a fertile field for investigations into the History of School Geography, capable of revealing interests focused on the teaching of this discipline in the established time frame, as well as its constitution on modern and scientific bases.

Keywords: Geography; High school; Brazilian Journal of Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Brasil Regional - Grandes Regiões Naturais.....	37
Figura 2 –	Gabinete de Geografia.....	40
Figura 3 –	Mapoteca.....	41
Figura 4 –	Mapa-quadro negro.....	42
Figura 5 –	Utilizações do Globo suspenso.....	43
Figura 6 –	Corte geológico (Estereogramas e tabuleiros de areia).....	43
Figura 7 –	Teste de Completar Sentenças elaborado por Delgado de Carvalho.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais artigos/publicações da RBG.....	32
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBG	Revista Brasileira de Geografia

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2	O IBGE E AS CONTRIBUIÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	18
2.1	A GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA.....	18
2.2	A CRIAÇÃO DO IBGE E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	21
2.3	A PRÁTICA DE ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA E O PROFESSOR DELGADO DE CARVALHO.....	25
3	O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DAS PRESCRIÇÕES DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939 – 1942)	29
3.1	REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA – RBG.....	29
3.1.1	<i>A GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO.....</i>	32
3.1.2	<i>CIÊNCIA MODERNA E O MÉTODO REGIONAL.....</i>	35
3.1.3	<i>MATERIAIS DIDÁTICOS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NA GEOGRAFIA.....</i>	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Geografia tem sua história enquanto disciplina escolar antecedente a sua própria institucionalização enquanto ciência. No final do século XIX, período marcado por novas ações expansionistas europeias sobre os outros continentes, o conhecimento geográfico se mostrava como ferramenta importante para a conquista de novos territórios. Sendo assim, a Alemanha que à época tinha seu território na forma de feudos, sem um poder centralizado e não podendo ser considerada uma nação, instituiu a Geografia enquanto matéria de ensino nos currículos escolares, uma vez que necessitava de uma ciência para fundamentar as operações do Estado (DIAS, 2013). Dessa forma, as bases de uma ciência geográfica sistematizada também surgem nesse período na Alemanha.

A Geografia escolar foi institucionalizada no Brasil a partir do momento em que o Colégio Pedro II é fundado no ano de 1837, no Rio de Janeiro. Já a Geografia acadêmica se institucionaliza através da Universidade de São Paulo (USP), quando é principiado o curso de Geografia, no ano de 1934. Nesse sentido, é possível enfatizar que a Geografia enquanto disciplina escolar já estava em atividade um século antes da academia (ALBUQUERQUE, 2011). Portanto, apesar de não existir ainda um curso superior de fato para os professores, desde a origem da disciplina escolar Geografia, houve também a criação do professor de Geografia. (SOUSA NETO, 2010).

No que se refere a sua trajetória histórica na escola, Rocha (1996) propõe uma periodização que divide a Geografia escolar em três períodos distintos. O primeiro caracterizado como Geografia clássica, vai desde os primórdios da educação jesuítica até a inserção da cientificidade na Geografia em meados do século XX. O segundo compreende o momento que a Geografia moderna é inserida na escola através de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, professor do Colégio Pedro II e signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), além de autor de importantes obras e livros didáticos. Até a década de 1970 é a duração desse período, já que a ditadura militar é iniciada e é criada a disciplina de Estudos Sociais que substitui a Geografia e a História no currículo escolar. Por fim, o terceiro período se dá com a redemocratização do país, após a ditadura e quando se inicia o que denomina de Geografia(s) crítica(s).

Desta forma, voltamos nosso olhar para o período de renovação em que se constitui a Geografia moderna, sendo este inserido no contexto histórico de um momento político em que o Brasil esteve governado pelo presidente Getúlio Vargas que visava, dentre outros objetivos, a definição dos rumos do desenvolvimento econômico e educacional do país. Este é um período

de consolidação também das prescrições e ideais da Escola Nova, quando se propunha diversas reformas na educação, uma vez que os seus divulgadores acreditavam na escola como veículo transformador e civilizador da sociedade.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) surgem em 1934 para o alcance da concretização do projeto do governo, que posteriormente se unem e é criado o então Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) no ano de 1938 – sob a ditadura do Estado Novo. Instituído como órgão para desenvolvimento de pesquisas, é comum desassociarmos o IBGE das discussões que concernem a Geografia escolar e a formação docente. No entanto, desde que passa a ser um instituto dedicado aos profissionais da Geografia, o IBGE traz sua contribuição para o ensino desta disciplina.

Pensando na formação dos profissionais em Geografia que atuavam na escola secundária, o IBGE organizou e concebeu a *Revista Brasileira de Geografia* (1939 – ainda em circulação), periódico este que nos utilizamos como fonte de pesquisa, com fins de publicização de estudos e pesquisas sobre a Geografia produzida no Brasil, material que por muito tempo auxiliou na formação de professores, e o *Boletim Geográfico* (1943 – 1978), este último pensado particularmente para o público que atuava na Geografia ensinada educação básica. Apesar de a *Revista Brasileira de Geografia* não ter sido pensada para fins estritamente pedagógicos, além de estudos territoriais, propagava prescrições e metodologias modernas para o ensino da disciplina Geografia.

Assim, a nossa análise se inicia com o propósito de investigar a *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) durante o período de 1939 – 1942 como veículo de informação, tendo a finalidade de entender como este periódico contribuiu para orientar os professores que se formavam no período em questão para a escola secundária, havendo nesse momento uma disseminação da Geografia moderna escolar. A pesquisa historiográfica (História da Geografia escolar) é o principal meio para compreender não só o ensino de Geografia, mas também o contexto da formação dos profissionais da educação, assim como as práticas que eram difundidas, utilizando artigos e trechos que prescreviam orientações didáticas direcionadas aos docentes.

O interesse em pesquisar o ensino de Geografia se deu na oportunidade da monitoria realizada na disciplina de Metodologia do Ensino em Geografia I, da Universidade Estadual da Paraíba / Campus III, nos semestres 2020.1 e 2020.2. O despertar para pesquisa historiográfica sobre a Geografia escolar se deu na condição de membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos sobre Geografia Escolar (LABORGE), vinculado a linha de pesquisa “História da

Geografia escolar: fontes e percursos metodológicos” e a participação no curso de Extensão denominado de “Geografia Escolar: Trajetórias, metodologias e processos formativos”.

O contato com a pesquisa historiográfica sobre a Geografia escolar, mais precisamente utilizando a RBG como fonte de pesquisa, veio através do projeto de PIBIC - O IBGE e a Geografia Moderna Escolar: prescrições metodológicas a partir de Revista Brasileira de Geografia (1939 – 1970) -, no qual foi possível aprofundar o que vinha sendo estudado e debatido no âmbito das atividades do grupo de pesquisa.

Em nosso estudo, focalizamos realizar uma investigação das contribuições do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) na constituição da Geografia escolar moderna destinada para o ensino secundário, destacando o período de 1939 – 1942. Assim, centramos as nossas análises nas prescrições metodológicas do periódico *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), fazendo um estudo para entender o papel da Geografia no ensino secundário do período que foi selecionado. Portanto, a compreensão do contexto histórico daquele momento contribui para a interpretação de uma relação com a Geografia escolar.

A problemática do trabalho se concentra em alguns questionamentos que nortearam a pesquisa catalográfica do periódico. Dessa forma, procuramos entender: quais as inovações didáticas surgiram no momento em que a orientação moderna adentra à Geografia? Quais as prescrições que eram direcionadas para os professores instrumentalizarem a prática pedagógica? Quais as orientações teóricas e pedagógicas recomendadas pela *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) para a Geografia escolar? Estas estavam em consonância com o período estudado?

Nesse sentido, selecionamos o período de 1939 a 1942, das versões 1 à 4, no qual buscamos publicações no periódico supracitado que abordassem a Geografia moderna produzida no Brasil na época e propostas metodológicas para o ensino desta disciplina escolar, bem como para a formação de professores secundários. Buscando ampliar nossa discussão e contemplar os objetivos propostos para o desenvolvimento desta pesquisa, seguimos o seguinte percurso metodológico: levantamento bibliográfico, seguido de leituras e fichamentos da literatura (livros, teses, dissertações, artigos e monografias) que tratam sobre a temática e assim deram direcionamento a pesquisa; consulta ao banco de dados da Biblioteca Digital do IBGE (<https://biblioteca.ibge.gov.br/>) para um levantamento dos números/artigos da *Revista Brasileira de Geografia* publicados entre os anos de 1939 e 1942 que tratam especificamente da metodologia de ensino para a Geografia escolar; elaboração de um roteiro de análise dos temas abordados no material didático; em gabinete, fizemos uma leitura cuidadosa dos artigos

selecionados na busca de informações sobre as práticas, prescrições e ideologias contidas nestes e, por último, a sistematização das análises.

O material analisado trouxe temas relevantes da Geografia moderna no Brasil, bem como práticas metodológicas e orientações que contribuíram como base para a pesquisa. É importante ressaltar que o trabalho com fontes históricas – como as publicações periódicas da RBG – necessitam de uma atenção cautelosa, ou seja, além de realizar uma análise do conteúdo delas, torna-se imprescindível ter o conhecimento de que os referidos periódicos são frutos de posicionamentos e ações de decisões técnicas do período vigente analisado (LOPES, 2019).

Ao analisar este material empírico e teórico, acreditamos que este foi capaz de tratar da circulação de ideias, difundir conhecimentos e instruir saberes que são apropriados por determinados grupos sociais. Analisar as prescrições para ensinar Geografia e as próprias inovações propostas para esta disciplina escolar a partir de tal fonte de pesquisa significa assim, acreditar que este material pode nos revelar significativos aspectos da disciplina escolar no período estudado.

Para melhor compreensão do trabalho o organizamos em partes a saber: em um primeiro momento, apresentamos uma discussão teórica sobre o tema pesquisa, destacando a Geografia escolar moderna no contexto histórico da renovação educacional difundida pela Escola Nova, a contribuição do IBGE neste contexto e a figura do professor Delgado de Carvalho como principal expoente deste período no Brasil. Em um segundo momento, apresentamos nossas análises e resultados a partir da catalogação da *Revista Brasileira de Geografia* entre os anos de 1939 a 1942. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2 - O IBGE E AS CONTRIBUIÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Neste tópico, discutiremos o período em que a Geografia escolar moderna passa a ser introduzida nas escolas brasileiras, destacando a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua relação e contribuições para o ensino de Geografia. Destacamos também a figura do professor Delgado de Carvalho como expoente da renovação didática da Geografia e importante membro do instituto.

2.1 – A GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA

Os autores Pereira e Pezzato (2021), consideram que a constituição da Geografia escolar possui íntima relação com o Movimento da Escola Nova e a Geografia Moderna. Uma Geografia que buscava superar os métodos mnemônicos e o enciclopedismo presentes, para dar lugar ao ensino ativo e nacionalista, regionalista e com bases no ambientalismo. Entre as características que apontam uma ligação dos movimentos renovadores, destacam-se:

[...] a linguagem escolar como veículo de valorização dos símbolos nacionais; os métodos ativos em contraposição ao ensino dito “tradicional” (baseado na intuição da criança, na meritocracia e na experimentação); o ensino radioconcêntrico (a partir da realidade das coisas, do simples ao mais complexo); ensino a partir da observação do meio social cotidiano (na Geografia destaca-se a defesa específica do Trabalho de Campo); a escola para o trabalho (no Brasil, sobretudo, por uma divisão de classes); e, por fim, o ensino positivista (a ciência como discurso de valorização e legitimação da escola) (PEREIRA, 2019 *apud* PEREIRA e PEZZATO, 2021, p.13).

Podemos considerar a Escola Nova e a Geografia moderna, como movimentos que não trouxeram apenas renovações para a disciplina, mas também orientações e proposições classificadas como conservadoras na cultura escolar. Para mais, o Movimento Escola Nova a partir da sua relação com a burguesia industrial brasileira, se coadunava com as ideias para a educação do país que refletiam diretamente nos interesses econômicos e trabalhistas do período. Portanto, havia uma divisão pautada, principalmente, entre o ensino primário que era ligado às escolas profissionais, estas direcionadas para a classe pobre e, o ensino secundário, este ligado ao ensino superior, destinado à classe rica (PEREIRA e PEZZATO, 2021).

Nesse contexto, a formação de professores para o ensino secundário se dá a partir da popularmente conhecida “Revolução de 1930”, quando surge uma necessidade social maior por ensino. Formar esses profissionais era tido como indispensável para o período, seja para a escola primária, seja para a secundária, se configurando como uma base para os estudos superiores. É nesse período que o governo Vargas, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, que por

meio da Reforma Francisco Campos, torna a formação de professores secundários para nível superior. Desta forma, as Faculdades de Filosofia são criadas e, depois, as instituições isoladas são disseminadas, sendo o ensino superior no Brasil estruturado em setor público e privado (CACETE, 2017).

A partir de 1930 mudanças significativas começaram a ocorrer no território brasileiro, embora um regime político autoritário e centralizador, que ficou conhecido como Era Vargas (1930 – 1945). Nesse período, O ensino de Geografia no Brasil se institucionaliza nos currículos escolares, mais precisamente no ano de 1937 (ROCHA, 2014) no Colégio Pedro II, situado no Rio de Janeiro. Segundo Dantas e Barbosa (2011, p. 11) o principal objetivo era “de fazer uso dos conhecimentos geográficos para a formação política de uma camada da elite brasileira que pretendia se inserir nos cargos políticos e nas demais atividades a ele relacionadas”.

Para Cabral (2018) a constituição de uma nação marcou o Governo Vargas (1930 – 1945) em um momento de hegemonização da Geografia moderna – imbuída de inegável caráter nacional patriótico - bem como do debate acerca do papel e do método desta disciplina na escola. Para este autor, uma Geografia que se autodenominava moderna se apoiava em três pilares:

[...] na negação à tradição geográfica escolar presente até então, expressa pela crítica às práticas da geografia clássica; na enfática defesa do método regional de produção e organização do conhecimento geográfico escolar; e, finalmente, no alinhamento aos princípios científicos advindos, por um lado, do debate pedagógico escolanovista e, por outro, da intelectualidade acadêmica geográfica no Brasil, principalmente a partir da metade da década de 1930 com a criação do IBGE e de cursos universitários de Geografia. (CABRAL, 2018, p. 132).

Sendo assim, para este autor, a região natural passou a configurar o método de ensino e a abordagem representativa do espaço brasileiro, “o discurso geográfico escolar nacional patriótico de orientação moderna sistematicamente reforçou o peso dos elementos fisiográficos no currículo.” (CABRAL, 2018, p. 133).

Desse modo, é no primeiro terço do século XX, seguindo os princípios didáticos da Escola Nova, que na Geografia escolar moderna atrelada a renovação dos métodos de ensino nas escolas brasileiras, começa a ser inserida a discussão da cientificidade desta disciplina curricular. Assim, o ensino da disciplina ganha um sentido de “novo” a partir das publicações que contribuíram para a orientação da Geografia moderna (MELLO e CUANI JUNIOR, 2020). Para se construir uma cientificidade, o precursor de ideais escolanovistas na Geografia, Delgado de Carvalho, “sugere a criação de uma associação para organização de encontros, publicação

de uma revista especializada, criação de bibliotecas e gabinetes de prática, pois só assim aconteceria o progresso da geografia em nosso país” (COSTA, 2009, p. 43).

A figura de Delgado de Carvalho como geógrafo, educador, escritor, jornalista e sociólogo, aparece em destaque na construção e propagação dos ideais reformadores, assim como a defesa da ideia de se constituir uma Geografia moderna com novas práticas para o ensino escolar. Para mais, Delgado como professor do Colégio Pedro II, trouxe contribuições primordiais com as suas publicações para o ensino da disciplina, a exemplo das obras *Geographia do Brasil* (1913) e *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), na qual prescreviam práticas destacando o “novo” como marca de ensino.

O livro *Methodologia do Ensino Geographico* publicado em 1925, é um exemplo evidente dos ideais escolanovistas que Delgado seguia e era propulsor. Com relação à sala de aula, a Geografia moderna também estava presente através das suas ideias inovadoras. Nesse sentido, a década de 1920 no país é um período em que houve uma quebra na Geografia escolar que se baseava, substancialmente, na Pedagogia da memorização e da nomenclatura (DIAS, 2013). Para mais, é importante frisar que neste período o problema do nacionalismo era uma realidade para o Estado (SANTOS, 2005) e a Geografia foi uma das disciplinas escolares vista como capazes de disseminar o patriotismo e construir uma identidade nacional.

Desta forma, destacamos que não só o nacionalismo se mostrava como elemento característico da Geografia que se constituía moderna no período que se inicia na década de 1920 e se aprofunda nas décadas de 1930 e 1940, mas também os ideais conservadores e liberais, presentes em instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (criado em 1938) e a *Revista Brasileira de Geografia* que inicia sua circulação em 1939.

Na constituição de uma Geografia científica e moderna no Brasil, o IBGE, por sua ligação com a Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), não só teve grande parte do(a)s geógrafo(a)s recém-formados na referida universidade trabalhando no instituto, como também recorria a seus professores para ministrar cursos de férias para os professores do ensino secundário (DANTAS e MEDEIROS, 2011). Segundo Camargo (2009, p. 27), estes cursos “congregavam e atualizavam os professores da rede básica e vulgarizavam as conclusões das pesquisas geográficas.”. Para o autor, por esses e outros motivos, o IBGE ocupou posição central na formação profissional e nas reflexões sobre a prática de ensino da Geografia.

2.2 - A CRIAÇÃO DO IBGE E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

O Brasil, durante e após a crise de 1929, teve toda a sua estrutura econômica abalada, necessitava-se então de um projeto para traçar meios em uma tentativa de industrializar o país a se recuperar economicamente. É neste momento conturbado que se inicia o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com um grande desafio pela frente: buscar um projeto nacional de incentivo à industrialização e, conseqüentemente, de erguimento do país. Dentre os pilares essenciais para sua concretização, destaca-se a Educação. No entanto, para além de um projeto educacional, o Estado tinha firme propósito em se modernizar.

Para Costa e Farias (2009), no contexto internacional da crise de 1929 os Estados capitalistas centrais aderiram à fase do planejamento estatal como forma de retomar o crescimento econômico. O Brasil, passou a elaborar planos de desenvolvimento para sua economia e a criar órgão de regulamentação, de controle e de fomento para estimular o progresso da nação. Nesse contexto, merece destaque a criação do Conselho Nacional de Geografia e do Instituto Nacional de Estatística em 1934 (COSTA e FARIAS, 2009), os quais foram transformados em um único órgão no ano de 1938, tornando-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IBGE se institui com o objetivo de produzir conhecimentos sobre o território nacional. Para Andrade (1987, p. 91) este órgão:

[...] não foi apenas uma escola de formação de geógrafos; ele forneceu aos mesmos condições de maior segurança em seu trabalho. Assim, foi feito pelo Conselho Nacional de Cartografia o levantamento cartográfico do país, de que resultou a publicação do Atlas do Brasil ao milionésimo, como também deu maior consistência e uniformidade às estatísticas. Realizando os recenseamentos populacionais e econômicos decenais -1940, 1950, 1960 etc. – e publicando o Anuário Estatístico do Brasil. Serviu este órgão técnico de consulta para o Poder Central e fez [...] a política do poder, contribuindo, inclusive, para a escolha do local em que se construiria a nova capital do País – Brasília.

Diante do exposto, é compreensível que o surgimento das pesquisas de cunho geográfico, bem como a institucionalização dos cursos superiores de formação de professores de Geografia e associações profissionais não se deram por acaso na década de 1930 no Brasil. A convergência da criação do IBGE com a institucionalização dos cursos de formação de professores de Geografia no Brasil não foi gratuita, “demonstra o esforço de profissionalização da geografia assumido pela Era Vargas (1930 - 1945), cuja bandeira da ‘organização nacional’ não se faria sem o ordenamento e a sistematização das informações territoriais” (CAMARGO, 2009, p. 23). O estabelecimento de um órgão oficial de Geografia, nesse contexto, “seria

indispensável à renovação do ensino e da pesquisa na disciplina, de modo a garantir as condições seguras em que se realizaria a interiorização do país e a extensão física do poder central.” (Idem, *ibidem*).

Com a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938, segundo Ribeiro (*et al.* 2020, p. 2), tal instituição possuía objetivos como:

[...] recolher dados e distribuí-los espacialmente, estimular a confecção de mapas de toda sorte, auxiliar na elaboração de políticas públicas, equilibrar as desigualdades regionais, articular diferentes escalas analíticas tendo como referência o Estado e propagar o sentimento de unidade territorial e de identidade nacional.

Segundo Resolução publicada na *Revista Brasileira de Geografia*, de uma Assembleia do Conselho Nacional de Geografia (CNG) realizada em 1939, fica estabelecida uma das finalidades do conselho em buscar meios no qual seja possível conseguir um “conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio” além de ser um conhecimento territorial destinado para a sociedade brasileira e que os mapas e livros atribuídos, principalmente, para as escolas do país, não podiam conter erros ou informações tendenciosas. Assim sendo, foi criada a “Comissão Técnica Especial”, participando entre eles o “representante especial do Ministério da Educação e Saúde no Diretório Central, pelas instituições oficiais de ensino da Geografia” (RBG, 1940, nº 1, v. 2, p. 128) para que elaborassem estudos e análises prévias dos mapas e livros sobre a Geografia do Brasil.

Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou uma espécie de campanha para distribuir cerca de cento e cinquenta mil mapas que foram elaborados pelo Conselho Nacional de Geografia. A proposta de doação dos mapas do Brasil visava superar a falta de recursos para utilização em sala de aula nas escolas do país, de ensino primário e ensino secundário. A partir disso, esperavam melhorar o ensino da disciplina com o material entregue.

Apesar dos mapas não terem sido produzidos com a finalidade didáticas, os mesmos possuíam aspectos “esquemático-informativos” que subsidiavam informações do território nacional para uso técnico. Nesse sentido, acreditamos que a ideia de um ensino pátrio, voltado para a Geografia do Brasil, era também um intuito do IBGE e do CNG, mesmo com a justificativa coerente da carência de recursos didáticos nas escolas brasileiras. Havia, portanto, o objetivo de inserir o conhecimento regional e nacional nas escolas.

Nesse sentido, foi criada uma série de regras e normas para as publicações de mapas que fossem elaborados a respeito do território brasileiro. Portanto, podemos refletir que com esses pré-requisitos a serem aprovados pela CNG, além de evitar erros, poderiam selecioná-los para os objetivos do projeto de nacionalização do país. Além do mais, os livros didáticos destinados

às escolas referentes a Geografia do Brasil, segundo a publicação da resolução na RBG (1940, nº 1, v. 2, p. 128) deveriam “ser previamente examinados, antes da autorização da sua publicação, quanto à exatidão e atualização dos dados e conceitos relativos às condições naturais e humanas do território nacional”. Com essa medida, haveria uma análise dos conteúdos que seriam ministrados pelos professores, fazendo um controle das informações.

Outro destaque vai para a criação de um Curso de Férias da Associação Brasileira de Educação (ABE) em conjunto com o IBGE que foi destinado aos professores de Geografia do ensino secundário no ano de 1941. O tema principal do referido curso foi “O Brasil, seus grandes aspectos e problemas”, que se subdividiu em outras temáticas, sendo elas: “I- Aspectos geográficos do Brasil; II- Aspectos Culturais; III- Aspectos políticos e sociais; IV- Aspectos políticos e econômicos; V- Problema de educação física - moral e cívica” (RBG, nº 1, v. 3, 1941, p. 164-165). É perceptível assim, um curso com finalidades formativas voltadas para um ensino nacionalista do Brasil, uma preparação projetada para fomentar nas escolas o patriotismo já citado anteriormente.

Dessa maneira, o objetivo principal da ABE em “melhorar os conhecimentos e aperfeiçoar a técnica pedagógica do magistério primário do país, reunindo para êsse fim, no período de férias, a maior quantidade possível de professores dos Estados e do Distrito Federal¹” (RBG, nº 1, v. 3, 1941, p. 165). O Secretário Geral do CNG, o Eng. Cristóvão Leite de Castro reitera que os professores participantes do curso e o Conselho estão totalmente “unidos em espírito patriótico, com os corações voltados para a juventude brasileira, no propósito ardente de prepararmos um Brasil de amanhã melhor” (RBG, n. 1, v. 3, 1941, p. 166). É evidente que, como consta na publicação, o oferecimento do curso e a busca pelo conhecimento incessante do país, pretende que o professor “melhor o ame e divulgue” para a comunidade escolar e, conseqüentemente, para a nação.

No contexto de constituição de uma nação moderna e do planejamento territorial, a regionalização de um país com dimensões territoriais se fazia necessário para melhor estudá-lo e dominá-lo. Sendo assim, em 1942 entra em vigor a nova divisão regional do Brasil. Nesse sentido, o Engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, após realizar um estudo das divisões manuseadas no Brasil, decidiu e considerou mais adequada, a proposta criada por Delgado de Carvalho em 1913 que era empregada no curso secundário da disciplina de Geografia (COSTA, 2009).

¹ As citações aqui transcritas se encontram em sua forma original de escrita.

A opção de Fábio Guimarães pela proposta de divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho sugeria o conceito de “região natural” como elemento central do estabelecimento dos limites regionais internos do Brasil (CONTEL, 2014). O IBGE seguiu com a proposta para divulgação e adoção da referida divisão para todos os órgãos, descrevendo-a como necessária pelo seu caráter científico-geográfico. Assim, fica estabelecida a Divisão Regional do Brasil da seguinte forma:

- I-Região Norte, com o Território do Acre e os Estados do Amazonas e Pará;
- II - Região Nordeste, compreendendo duas partes: o Nordeste Ocidental, com os Estados do Maranhão e Piauí; e o Nordeste Oriental com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- III- Região Leste, compreendendo duas partes: o Leste Setentrional, com os Estados de Sergipe e Baía; e o Leste Meridional, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;
- IV - Região Sul, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ·
- V - Região Centro-Oeste, com os Estados de Goiás e Mato Grosso. (RBG, nº 1, v. 4, 1942, p. 150).

Essa proposta de regionalização vem a favorecer o projeto de nacionalização idealizado por Getúlio Vargas, uma vez que Delgado de Carvalho “[...] dava uma unidade ao país, partindo da sua geografia, o que correspondia aos anseios de criação de uma identidade nacional” (COSTA, 2009, p. 41).

A iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) em distribuir materiais didáticos, a exemplo dos mapas para as escolas, ou até mesmo os cursos destinados aos professores do curso secundário, são contribuições não só do ponto de vista da pesquisa, mas do ensino também. Segundo Dantas e Medeiros (2011), alguns dos geógrafos formados na Universidade do Distrito Federal, a vigente UFRJ, foram colaboradores do IBGE e os professores da mesma eram contratados para lecionarem nos cursos de férias. A própria criação da *Revista Brasileira de Geografia* – RBG, aparece como um veículo de divulgação e de informação fundamental para o período em questão, discussão que trataremos mais à frente.

Assim, o IBGE desde sua criação, se mostra como instituição que vem a contribuir com o ensino da Geografia escolar. Reforçamos que o período de criação deste instituto era ditatorial e o momento requeria com ênfase a formação de uma nacionalidade, sendo assim, suas contribuições estão associadas a este contexto, uma vez que o IBGE era um órgão do Estado. No entanto, é evidente que em um mister que reivindicava a instituição do sentimento patriótico escolar e a renovação de práticas pedagógicas, especialmente, no que diz respeito à Geografia, o IBGE contribuiu para o fortalecimento de uma disciplina em bases modernas. Sobre estas

prescrições práticas renovadoras e a figura de um de seus principais expoentes, o professor Delgado de Carvalho, que iremos tratar no item a seguir.

2.3 A PRÁTICA DE ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA E O PROFESSOR DELGADO DE CARVALHO

Filho de pai brasileiro e mãe francesa, Delgado de Carvalho é, como afirma Santos (2009), figura célere da Geografia do Brasil, que muito contribuiu para a construção do pensamento geográfico nacional. Considerado como o pai da Geografia moderna no Brasil, “construiu uma obra sólida, resistente ao tempo e às mudanças de ventos teóricos” (SANTOS, 2009, p. 11). Costa (2009, p. 265), define Delgado de Carvalho como:

Intelectual de formação francesa, chegou ao Brasil em 1906. Crítico dos métodos de ensino e também professor de Inglês do Colégio Pedro II, Delgado de Carvalho desempenhou importante papel como educador em seu tempo. Publicou 49 livros – em sua maioria, manuais escolares, nas áreas de Geografia, História e Sociologia – que contribuíram não só para divulgar conhecimento inédito no país, como para a institucionalização dessas disciplinas como campos autônomos do conhecimento. Participou de movimentos pela melhoria do nosso sistema educacional, sendo um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Além de lente do Colégio Pedro II, Delgado exerceu também a função de diretor, quando nomeado para o cargo em 1933 pelo presidente Getúlio Vargas. Com a criação do Conselho Nacional de Geografia em 1937, Delgado de Carvalho foi escolhido como representante do Ministério da Educação para o conselho e logo concordou com a fusão deste com o Conselho Nacional de Estatística - CNE, que criaria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 1938. “Delgado de Carvalho trabalhou para o Instituto até 1978, dois anos antes de falecer” (SANTOS, 2009, p. 12) e publicou diversos artigos que tratavam da Geografia do Brasil, bem como o ensino desta disciplina em seus periódicos, a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico*.

Defensor dos interesses de uma educação nacional, ao ter contato com o ensino de Geografia do Brasil fica admirado ao afirmar “a geografia brasileira ainda era estudada por Estado. Em nenhum país se estudava geografia assim. Então achei que devia fazer alguma coisa. Escrevi, em 1913, Geografia do Brasil” (UM PRÊMIO..., 1975 *apud* SANTOS, 2009, p. 12). Neste livro, Delgado de Carvalho sugere uma divisão regional para o Brasil, se baseando no conceito de região natural. Para ele,

[...] a região natural é uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas

diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem (CARVALHO, 1944, p. 16).

Esta obra não só influenciou a primeira regionalização oficial do Brasil realizada pelo IBGE, como a reformulação dos programas curriculares de Geografia do Colégio Pedro II em 1923, coordenada pelo professor Raja Gabaglia. Defensor de uma educação patriótica, Delgado entendia a Geografia escolar como importante recurso para construção de nossa nacionalidade, desde que tivesse seus programas transformados:

[...] a geographia do passado foi secca e sem interesse; foi disciplina de pura memória. Que seja dado à nova geração de mestres brasileiros tornal-a mais atrahente, mais practica e mais verdadeira também, fazendo della uma disciplina de bom senso, de intelligencia e patriotismo esclarecido (CARVALHO, 1925, 93).

Desta forma, a perspectiva adotada no Colégio Pedro II não só estudava o Brasil por regiões naturais e não administrativas, como tradicionalmente se fazia, como também sugeria, além do livro, diversos materiais didáticos como mapas, gráficos, fotografias, globos e projeções, organizados em um ambiente propício ao estudo sobre o Brasil. “A sala de aula deveria ser um cenário que ajudaria aproximar o aluno do país que ele não conhecia, reduzindo distâncias, estudando não só os pontos geográficos, mas o homem que lá vivia e sua influência sobre o meio” (COSTA, 2009, p. 266).

No que concerne as críticas de como era ensinada a Geografia nas escolas do Brasil, Delgado evidenciava as características mnemônicas (método de ensino que se apoia no uso excessivo da memória), a utilização em massa de nomenclaturas e aos conteúdos que eram ministrados sem considerar a realidade que estavam inseridos os discentes (DIAS, 2013). Para ele:

Nas escolas do Brasil e de outros paizes de nosso continente, a geographia é o estudo de uma das modalidades da imaginação humana, isto é, da sua faculdade de attribuir nomes, de chrismar areas geographicas. As montanhas, os rios, as regiões naturais não são estudadas em si, mas apenas como merecedores de um esforço de uma fantasia. Aqui, quem não sabe a monenclatura não sabe geographia, e deste modo a poesia e a geographia são productos directos da imaginação, apesar de fazerem parte de cadeiras differentes (CARVALHO, 1925, p. 4).

Portanto, os alunos precisavam memorizar diversos nomes para que pudessem realizar as provas. Para ele, os nomes que sequer eram importantes, ficavam apenas na memória dos alunos. Os professores eram considerados reprodutores que exigiam aos estudantes exatamente como repassavam os conteúdos através dos livros didáticos (compêndios). Nesse sentido, o autor é enfático ao afirmar “[...] coitado, [o professor] é apenas o agente transmissor desta

geographia. Autorizado a guardar o livro aberto deante de si, só lhe compete saber se a memoria do alumno foi fiel” (CARVALHO, 1925, p. 19).

Posto isto, se evidencia a necessidade de repensar o ensino e o aluno através de críticas às práticas que estavam sendo adotadas. Conforme Mello e Cuani Junior (2020, p. 5) “o novo conceito de aprendizagem baseou-se nos interesses e necessidades da criança, em que o importante não é aprender coisas, mas aprender a observar, a pesquisar, a pensar, enfim ‘aprender a aprender’”. Sendo assim, didática da Escola Nova se baseava nas seguintes prescrições:

- crítica a característica descritiva e mnemônica baseada nas prerrogativas de um ensino tradicional;
- necessidade de despertar na criança o desejo de aprender, que requer um ambiente facilitador da aprendizagem, que pode ser criado por meio de atividades interessantes, até mesmo em ambientes externos à sala de aula;
- importância das bases psicológicas relativas à maturidade e ao interesse da criança; e
- utilização de materiais e recursos didáticos atraentes como mediadores no ensino dos conceitos geográficos como, por exemplo, a fotografia e as gravuras. (MELLO e JUNIOR, 2020, p. 5 - 6).

Dessa maneira, Delgado a partir da importância na proposta didática de fazer com que o estudante se motivasse para aprender, destacava a inclusão de ambientes para além da sala de aula como incentivadores. Além de utilizar o conhecimento prévio dos alunos, Delgado de Carvalho destaca “que a partir das poças d’água do pátio se poderia fazer alusão a lagos, rios, nascentes, ao ciclo da água, da mesma forma que as aparências da crosta terrestre poderiam ser vistas no pátio em dia de chuva” (SANTOS, 2005, p. 79). O chamado recurso da observação seria, então, um aliado para o desenvolvimento do ensino da Geografia em sala de aula (DIAS, 2013).

O autor Carvalho (1925, p. 5) destaca que “uma das tendencias características da geographia moderna é o seu methodo comparativo”. Ele distingue a Geografia antiga e a moderna em seu livro *Methodologia do Ensino Geographico* ressaltando que “[...] a geographia antiga estudava ‘o universo e seus habitantes’, enquanto que a geographia moderna estuda ‘o universo em relação aos seus habitantes’” (CARVALHO, 1925, p. 65). Ainda, cita algumas características da Geografia moderna e de seus manuais modernos:

Na geographia moderna, ao contrario, o manual não deve ser a repetição secca do mappa, não deve ser elle apenas o mappa disposto em linhas impressas seguidas. Para isso temos o Atlas e basta saber lel-o. O manual moderno é feito para coordenar factos, explical-os, dizer exactamente o que o mappa não póde dizer. Dahi resulta a inutilidade das listas mnemotechnicas, das paraphrases sem interesse do que póde mais facilmente ser lido no mappa. A geographia moderna dá mais valor ao mappa

tornando um a explicação do outro e não a sua mera reprodução sob outra forma (CARVALHO, 1925, p. 66).

Torna-se, portanto, também uma ideia de orientação moderna e, sobretudo, para reflexão dos docentes e autores que buscavam uma Geografia científica, distanciando-os da condição mnemotécnica. Entretanto, conforme aponta Pessoa (2007), na Geografia escolar, especificamente, não houve uma uniformidade dos professores em relação as novidades da orientação moderna, o que levou aos docentes a terem “reações de toda ordem, sendo as mesmas, objeto de aborrecimento, insatisfação e resistência por parte daqueles que se encontravam acomodados e satisfeitos com a situação vigente” (DIAS, 2013, p. 58). Assim, ele tentou propagar pelo Brasil as suas propostas fazendo o possível, incluindo conferências e cursos.

O próprio professor Pierre Monbeig, um dos mestres franceses que lecionava no Brasil, fez duras considerações a respeito às práticas de ensino em Geografia no período de efervescência da Escola Nova e à Delgado de Carvalho. Com relação a obra *Methodologia do Ensino geographico* (1925), referência no que se refere às inovações didáticas da época, o mesmo afirma estar “[...] como que fossilizado e fora do alcance e da compreensão do aluno” (RBG, nº 1, 1941, p. 187). Ou seja, na visão de Pierre Monbeig da época em questão, era preciso prosperar o ensino e as suas metodologias para além do que já haviam construído. A respeito das práticas com base nas excursões, uso de filmes e blocos diagramas, acreditava serem estas impraticáveis para alguns professores.

O que justificava a não aceitação de uma parcela dos docentes às suas ideias metodológicas é que estes “[...] foram formados por uma escola baseada em uma cultura livresca, na qual o que contava era a memorização do conhecimento, símbolo da capacidade do mestre”. Assim, o que Delgado propunha era apontado por eles como inadequados a nossa realidade por alguns de seus leitores e muitas vezes, estas foram encaradas como uma intromissão à prática que esses professores estavam acostumados a seguirem fielmente.

Em sua trajetória e luta pela instituição de uma Geografia moderna na escola e a renovação das práticas de ensino, Delgado de Carvalho desempenha um papel marcante e significativo no que se refere a produção de uma Geografia brasileira. Suas ideias e ideais circularam em muitos artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia* e influenciaram muitas outras publicações no periódico supracitado, como iremos discutir no tópico a seguir.

3 O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DAS PRESCRIÇÕES DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939 – 1942)

O Estado Novo é o nome que recebe a terceira fase do Governo Vargas, correspondendo os anos de 1938 a 1945, no qual há uma maior ênfase a uma cultura escolar nacionalista e de civismo. Nesse contexto, os materiais que norteavam a prática escolar e divulgavam as pesquisas produzidas nesse período estavam imbuídos destas características, como é o caso da *Revista Brasileira de Geografia*. É sobre este material e suas orientações que vieram a tratar e contribuir com a Geografia moderna que trataremos neste tópico.

3.1 REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA – RBG

A *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) é criada em janeiro de 1939, ano seguinte à criação do IBGE, com o intuito de “contribuir para um melhor conhecimento do território pátrio, difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres” (RBG, nº 1, 1939, p. 4) como consta na apresentação de sua primeira publicação, disposto pelo então Presidente do instituto, José Carlos de Macedo Soares.

Ainda na apresentação da RBG, o presidente do Instituto, enfatiza a importância dos objetivos a serem alcançados, no qual facilitará a propagação dos conhecimentos geográficos produzidos, isto é, “ela servirá de instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país, levando uma afirmação de vitalidade, uma palavra de estímulo e um aceno de conclamação” (RBG, nº 1, 1939, p. 4). Assim sendo, o foco da revista estava direcionado aos conhecimentos dos principais aspectos territoriais do país, dando importância as suas características particulares através de estudos/pesquisas desenvolvidas.

Nesse sentido, a apresentação deixa evidente os propósitos que pretendem aproximar-se, adjacente aos métodos modernos da Geografia, à vista disso, ela estreia sua primeira versão:

Inspirando-se nesse espírito moderno, a Revista prestará um serviço à cultura brasileira, ao difundir uma prática científica encantadora e útil, tanto mais que a conceituação moderna da Geografia alterou a orientação do seu ensino, hoje não mais um exercício da memória, enfadonho e sufocante, às iniciativas da pesquisa, e sim uma disciplina educadora da observação do meio físico e da sua relação com a vida humana. (RBG, nº 1, 1939, p. 5).

Assim, a publicação da Revista em questão foi concretizada na Resolução n° 18 de 12 de julho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Tal órgão considerou as necessidades do país e as principais intenções do Conselho Nacional de Geografia para fins de conhecimentos do território pátrio brasileiro, buscando uma divulgação mais ampla de tais conhecimentos. Nesse âmbito, nos artigos 1° e 2°, estabelecem a publicação e, por conseguinte, as principais divulgações da RBG, entre elas, da Metodologia do Ensino da Geografia:

Art. 1.º— O Conselho Nacional de Geografia publicará a "REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA".

Art. 2.º — A Revista será o órgão de divulgação do Conselho, tendo por finalidade geral divulgar os conhecimentos geográficos.

Parágrafo único. — Constituem objetivos principais da Revista:

1.º— a divulgação do conhecimento do território brasileiro;

2.º— **a divulgação da metodologia geográfica moderna, da metodologia do ensino da Geografia e dos conhecimentos da ciência geográfica e ciências correlatas;**

3.º— a vulgarização da atividade geográfica brasileira, especialmente dos empreendimentos e realizações do Conselho. (RBG, n.º 1, 1939, p. 7, grifos nossos).

A *Revista Brasileira de Estatística* (RBE), vinculada ao Conselho Nacional de Estatística (CNE), surge através da necessidade de se ter uma estatística nacional dos mais diversos setores importantes e problemáticos do Brasil. Assim sendo, contribui para que os pesquisadores, inclusive os professores, utilizem os dados estatísticos para realizarem estudos essenciais e, sobretudo, para auxiliar o governo a conhecer de maneira específica o país. À vista disso, seria um meio utilizado também para que os leitores, incluindo docentes em formação, desfrutarem desses ensinamentos para sua formação e conhecimentos sobre o país. Isto posto, a revista ia:

Facilitando aos mestres um lugar propício para a exposição - dos seus ensinamentos e experiências e possibilitando aos que se iniciam uma escola para o aprendizado do mais alto mérito, a "Revista Brasileira de Estatística" se inscreve nas atividades culturais do país como um precioso instrumento de trabalho dignificante. (RBG, n.º 3, v. 2, 1940, 482).

Logo, a *Revista Brasileira de Geografia* apresenta também este papel de formação. Dessa forma, em seus primeiros anos de circulação, a RBG possuía algumas características específicas na estrutura de suas publicações. A partir da terceira edição (em 1939 seguindo regularmente até 1963), uma sessão é denominada de "Vultos da Geografia do Brasil" -, que apresentava, "[...]biografias, de uma a duas páginas, de pensadores, políticos e homens de ação que se envolveram em trabalhos 'geográficos', especialmente na questão das fronteiras e das

expedições científicas” (CAMARGO, 2009, p. 25). Assim, apresentavam personalidades marcantes e, ao mesmo tempo, novos pensamentos, estudos e pesquisas.

Outra temática corriqueira refere-se à Geografia dos Transportes no Brasil (de 1939 a 1941 – na maioria das edições), traziam conteúdos com contextualizações e explicações sobre a temática (ferrovias, rodovias e aerovias etc.) incluindo mapas e plantas, assim como caracterizações do relevo. A discussão proposta nos artigos – em destaque para o Engenheiro Moacir Silva, consultor técnico do CNG - se relacionava com o viés econômico e industrial do período, que também se conecta com os propósitos do governo Getúlio Vargas para ascensão da industrialização, o que incluía os transportes no Brasil.

Os Tipos e Aspectos do Brasil, é denominação para outra seção que objetivava apresentar e trazer retratos com as características regionais e locais do país (geográficas e culturais) correspondendo ao que Camargo (2009, p. 29) chama de “integração do povo ao território”. Portanto, eram espaços destinados para “[...] exaltar a tradição do bandeirismo, recuperando a vocação expansionista como elemento formador da nação” (idem, ibidem), coincidindo com o que o IBGE procurava também analisar: a vinculação do povo com o seu lugar, demonstrando assim, os distintos modos e costumes de vida que a sociedade do país apresentava. Estavam em evidência então, no idealizado projeto, as “[...] estratégias das instituições nacionais que ancoravam o Estado Novo para o exercício do controle do território e da população [...]” (DAOU, 2001 *apud* CAMARGO, 2009, p. 29).

As publicações da RBG eram organizadas a partir de tópicos específicos postos em um sumário indicando as páginas de cada um e, ao decorrer dos anos e edições, esses tópicos iam se alternando e outros deixavam de aparecer. Assim, ela publicizava artigos, comentários, noticiários, legislações, personalidades da Geografia, tipos e aspectos do Brasil, relatórios, resoluções e leis, inquéritos geográficos, bibliografias, atividades geográficas, carta geográficas, entre outros. Cada tópico ou sessão citados possuía suas características para as publicações dos autores e/ou da própria redação, de acordo com as necessidades de divulgação.

As práticas/técnicas metodológicas e didáticas, com orientações diretas para os professores de Geografia se harmonizam com o que já prevíamos: a RBG como veículo de divulgação e, ao mesmo tempo, de formação complementar para os docentes do curso secundário. Ademais, de acordo com Camargo (2009, p. 28) as publicações da RBG eram direcionadas também “às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior. [...] a *Revista Brasileira de Geografia* deveria estimular o debate sobre o assunto e divulgar técnicas de ensino adequadas à representação espacial que então convinha ao Estado Novo”. Logo, são perceptíveis os estudos territoriais e as prescrições que indicavam as incitações em relação à

construção do nacionalismo/patriotismo, seja no ensino secundário, seja para com os brasileiros como um todo.

Posto isto, apresentamos a seguir um levantamento dos principais artigos/publicações (tabela 1) utilizados no recorte temporal estabelecido para análise da pesquisa. Salientamos, entretanto, que outras publicações avulsas foram utilizadas de 1939 à 1942 para a sistematização dos resultados. O quadro a seguir priorizamos a catalogação de maior destaque.

Tabela 1: Principais artigos/publicações da RBG

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA		
TÍTULO	TEMA	AUTORIA/REFERÊNCIA
A Excursão geográfica	Orientações metodológicas	Delgado de Carvalho 1941 – nº4
A geografia no curso secundário	Orientações metodológicas / Educação	Jorge Zarur 1941 – nº2
Blocos Diagramas	Orientações metodológicas	Delgado de Carvalho, comentado por S. Fróis Abreu 1942 – nº3
Curso de férias da Associação Brasileira de Educação	Programa curricular - temáticas	Redação 1941 – nº1
Divisão Regional do Brasil	Geografia Moderna	Fábio de Macedo Soares Guimarães 1941 – nº2
Divisão Regional do Brasil	Geografia Moderna / IBGE / CNG	Redação 1942 – nº1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Para melhor apresentar os resultados dos artigos catalogados que concernem ao ensino de Geografia durante o período de 1939 – 1942, organizamos esta discussão em subtópicos que tratam do Ensino Secundário de Geografia, o método regional e as prescrições práticas para o ensino, como a utilização de recursos didáticos e exercícios.

3.1.1 A GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Em 1941, na edição de nº 2 da RBG, Jorge Zarur - geógrafo brasileiro importante na consolidação e desenvolvimento da moderna ciência geográfica no país e do IBGE, publicou

significativos artigos no periódico citado -, trata do curso secundário de Geografia no período em questão.

Discípulo de Delgado de Carvalho, o qual teve contato desde sua vida escolar no Colégio Pedro II, evidencia sua influência ao afirmar “no Brasil, a ação do prof. Delgado de Carvalho foi a de revolucionador dos velhos conceitos e dos velhos métodos. Trouxe para o ensino da geografia de nossa terra os pontos de vista mais modernos e mais científicos” (RBG, nº 2, 1941, p. 232).

Entusiasta da Geografia, Zarur inicia seu artigo intitulado “A Geografia no Curso Secundário” (RBG, nº 2, 1941) com apontamentos históricos, no qual realça que por volta do século XVI, os padres da Companhia de Jesus, juntamente com o Primeiro Governador Geral do Brasil - Tomé de Sousa, deram um pontapé inicial nos conhecimentos territoriais do país. Assim, segundo o autor, a Geografia aparecia em sua fase inicial dando os seus primeiros passos. Ainda segundo Jorge Zarur, após o Brasil ter sido emancipado, o Governo Imperial iniciava uma preparação do ensino secundário e, neste momento, a Geografia já possuía as características de nomenclaturas e abordagens mnemônicas. Era necessário que não permanecesse dessa maneira, sem as devidas explicações geográficas. Ao fazer menção à Rui Barbosa, o autor afirma ser necessária uma mudança no ensino da Geografia, para abandonar os métodos já utilizados, para dar espaço à racionalidade.

A Geografia no curso secundário era feito em dois anos, o 1º era destinado à Geografia Geral, não havendo sequer um objetivo a ser atingido nem uma explicação referente aos fenômenos, existia apenas a necessidade de “decorá-los” (RBG, nº 2, 1941, p. 244). Já no 2º ano, os discentes precisavam “decorar” os nomes dos acidentes geográficos. “Era essa a única finalidade da geografia, cujo estudo, excessivamente fatigante, tornava o educando inimigo daquela disciplina” (RBG, nº 2, 1941, p. 244). Certamente, em algumas escolas brasileiras atuais ainda existem alunos que carregam consigo antipatia em razão dos resquícios dessa abordagem mnemônica, em que professores possuem dificuldades em demonstrar o real sentido do que eles estão estudando.

No Brasil, a reforma dos métodos de ensino proposta pelo movimento da Escola Nova já estava sendo difundida antes da década de 1930, como já salientamos. Face ao exposto, Jorge Zarur divide em dois momentos históricos o ensino da Geografia brasileira: sendo o primeiro a partir da colonização até quando Delgado de Carvalho capitaneia o movimento de renovação; e o segundo momento quando as suas obras (anteriormente citadas) são lançadas indo até na época atual.

Com a Reforma Francisco Campos em 1931, foi criado um novo programa curricular para o curso secundário, passando este de dois anos para cinco anos de duração, com diminuição de sua carga-horária semanal. No que se refere à Geografia, alguns objetivos sofrem modificações, como por exemplo:

1 - Evitar que um aluno aos doze ou treze anos, isto é, na segunda série ginásial, fôsse considerado "bacharel em geografia", e ficasse definitivamente isento do estudo desta disciplina nos anos seguintes, justamente na época em que êle teria maior capacidade para aprender os seus mais significativos ensinamentos.

2 - Distribuir as noções elementares da geografia por maior número de anos, afim de ministrar em várias fases do desenvolvimento mental do aluno os conhecimentos indispensáveis, como sedimentos sucessivos depositados em dilatados períodos. (RBG, nº 2, 1941, p. 245).

Para Jorge Zarur, o programa não favoreceu a Geografia do Brasil, e sim a Geografia Geral que ampliaram os conhecimentos, além de tê-la prejudicada em algumas perspectivas durante a organização dos programas em razão da falta de espaço dado, o docente possuía dificuldades em ministrar tais temáticas referentes ao país. Por isso, segundo ele, o aluno era o mais prejudicado, uma vez que ela “foi diluída no meio de todos os ramos de ensino desta ciência, sem um estudo detalhado e especializado do meio em que vive o educando e de nossa terra em geral”. (RBG, nº 2, 1941, p. 245 - 246).

O programa previa, portanto, que o 1º ano fosse direcionado à Geografia Física frisando os fenômenos brasileiros através de exemplos, em três horas durante a semana. O 2º ano era destinado exclusivamente às Nomenclaturas, tanto dos continentes quanto do Brasil, utilizando duas horas semanais. No 3º ano a Geografia humana brasileira ganha ênfase, já a 4ª série remetia-se à Geografia Regional. Por fim, a 5ª série trazia elementos de Cosmografia e a Geografia Física, o que segundo ele, era apenas uma divisão do 1º ano, com o diferencial da Geografia comparada da América. (RBG, nº 2, 1941). Podemos perceber então, que apesar da inserção dos estudos sobre a Geografia do Brasil, para o período em vigor ainda era considerado insuficiente.

Em vista disso, era necessário dar maior espaço para as bases geográficas da nacionalidade no curso secundário. Para tanto, alguns objetivos foram pontuados, que acrescentam notória visibilidade do patriotismo e do nacionalismo para que os estudantes passassem a conhecer verdadeiramente e de maneira efetiva o país:

a) uma integração perfeita de tôdas as noções de geografia física, econômica e social, ministradas nas quatro primeiras séries, isto é, o exemplo constante, a aplicação característica da interação de todos os fatores geográficos estudados. A geografia pátria aparecerá, então, como uma síntese geográfica, harmoniosa e explicada em seus elementos; b) um quadro mesológico, preciso e verdadeiro do país em que vivemos e ao qual temos que nos tornar úteis, porquanto é essencial conhecer suas condições

naturais, seus recursos e as suas necessidades. Só se pode adequadamente servir um país que se conhece perfeitamente. E' o quadro geográfico que permite nacionalizar o patriotismo, salientando as suas razões de ser e as suas causas; c) um fundamento geográfico da história para uma interpretação inteligente do nosso passado, para compreensão das nossas futuras aspirações (a história, intimamente ligada à geografia, dá o sentido de unidade de que uma nação necessita); d) um símbolo significativo das condições de equilíbrio social, das forças materiais e morais que constituem a nacionalidade, que originam e fazem do Estado a sua expressão de saber e querer viver em comunidade política. (RBG, nº 2, 1941, p. 246 - 247).

Perante o exposto, que a Geografia pátria ganhava maior importância, uma vez que o conhecimento sobre o país era imprescindível naquele momento. Além disso, o estudo sobre o passado do país junto aos aspectos geográficos, davam o caráter de unidade que se buscava. Logo, a defesa pela mudança no programa para a ampliação do ensino da Geografia do Brasil no curso secundário está diretamente relacionada à harmonização do projeto nacionalizador. Nesse sentido, a escola era um dos meios para a obtenção do predito com o auxílio da “Geografia e de um mapa do Brasil” (RBG, nº 2, 1941, p. 247).

Apesar de objetivarem a expansão desse ensino, o público-alvo que pretendiam atingir, era o dos alunos mais avançados e com certos conhecimentos adquiridos, uma vez que os quatro objetivos ou motivos supracitados “[...] só podem ser aprendidos pelo adolescente de certa cultura, na última série do curso secundário, porque constituem as bases do patriotismo esclarecido que deve ser o das elites nacionais” (RBG, 1941, nº 2, p. 247).

Para que a Geografia no curso secundário progredisse, era preciso que a partir da escola se inserisse uma discussão baseada na ciência moderna, na abordagem regional e na renovação, principalmente, das práticas de ensino, algo reivindicado pelos movimentos reformadores do período. A seguir, discutiremos sobre estas características a partir das publicações da RBG entre 1939 – 1942.

3.1.2 CIÊNCIA MODERNA E O MÉTODO REGIONAL

Em publicação na RBG (nº 3, v. 2, 1940), o engenheiro Cristóvão Leite de Castro evidencia o papel preponderante da Geografia na educação moderna como ciência nacionalizadora, sendo ela ampla no que se refere ao estudo dos fenômenos em todo o território nacional. Ao citar o francês de Emanuel de Martonne, profere que a preocupação com a explicação confere à Geografia moderna seu caráter científico; a dupla preocupação com a extensão e a correlação dos fenômenos assegura sua individualidade², e reitera que tal frase era

² Le souci de l'explication donne à la Géographie moderne son caractere scientifique; la double préoccupation de l'extension et de la corrélation des phénomènes assure son individualité (RBG, nº 3, v. 2, 1940).

preciso estar presente de forma escrita nas paredes das salas de aula e também nos gabinetes de Geografia.

Assim, a Geografia é uma ciência que detém características próprias e busca explicações, seja qual for o fenômeno, e em qualquer parte do território ou espaço geográfico. Em seu caráter nacionalizador, seja para fins de pesquisa, seja para fins educacionais, o amor à Pátria deveria explicitar-se nas salas de aula e nas pesquisas realizadas em campo e gabinete. Nesse sentido, na constituição de uma Geografia brasileira com bases na ciência moderna, o autor Fróis de Abreu (RBG, nº 1, 1939) salienta a necessidade de se trabalhar em sala de aula a perspectiva regional pela ótica do nacional e a importância dos professores trazidos da França para lecionarem nas Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Como contribuição para os docentes de Geografia que estavam em plena formação na nova escola formativa, Pierre Deffontaines havia trazido colaborações, através de sua influência, sobre a Geografia Humana e regional, por exemplo. Em artigo publicado na RBG, tece uma crítica notável fazendo uma referência à insuficiência de um conhecimento concreto das regiões brasileiras, deixando os professores sem o conhecimento “claro e sincero” (RBG, nº 2, 1939, p. 68). Deffontaines ainda enfatiza, que os alunos “[...] são obrigados a decorar trechos dos livros gerais sobre o Brasil, recebendo uma infinidade de detalhes sem importância e sacrificando os conhecimentos básicos sobre as regiões do seu Estado onde com mais probabilidade irão exercer a sua função geográfica” (idem, ibidem). Esse conhecimento coibido pelos métodos mnemônicos da época, deixam os alunos distantes de um aprendizado sobre o local mais próximo.

Os pontos destacados inicialmente, se harmonizam com a situação descrita anteriormente por Carlos Miguel Delgado de Carvalho, de um ensino mnemônico e de nomenclatura que tratava o Brasil pela divisão em estados, “jamais como um todo ou região natural” (CASTRO, 2009, p. 29). Diante do exposto, se afirma a concepção de Cabral (2018) de que um dos pilares de uma Geografia moderna escolar se apoia no método regional como abordagem para produção do conhecimento. Tão logo não é difícil perceber a influência francesa na Geografia brasileira do período, seja nas contribuições de Delgado de Carvalho na escola ou dos mestres franceses que lecionavam nos cursos superiores na USP e UFRJ.

Para Sílvio Fróis de Abreu a “geografia de uma região deve-se entender não a simples descrição de rios ou cidades, mas a paisagem natural e cultural que resulta dos acidentes físicos, da natureza do solo, do clima e da atividade do homem” (RBG, nº 1, 1939, p. 68). Assim, para o autor, a abordagem regional era capaz de buscar o verdadeiro sentido interpretativo da

Geografia. Como já sabemos, a divisão regional brasileira baseada em regiões naturais adotada no ensino secundário no país foi elaborada por Delgado de Carvalho.

A ilustração a seguir (Figura 1), publicada na RBG (nº 4, 1940), elaborada pelo CNG para a Exposição dos Centenários de Portugal, ilustra o Brasil dividido em 5 regiões (Norte, Nordeste, Este, Sul e Central):

Figura 1: Brasil Regional - Grandes Regiões Naturais



Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 4, v. 2, 1940)

A região denominada de Norte (ou Amazônica) foi definida considerando, principalmente, a predominância das características da Floresta Equatorial, abrangendo os estados que apresentam as mesmas particularidades naturais e humanas, a exemplo da indústria extrativa e das comunicações. A região Nordeste foi definida pelos aspectos de semiaridez, que refletem diretamente na vegetação xerófila local (caatinga), a não perenidade dos rios, as chuvas irregulares etc., a economia, além dos aspectos geológicos que diferem de outras regiões.

Já a região Este, para Delgado, havia uma complexidade em virtude da dificuldade em definir o que era predominante nesta, todavia, através dos aspectos físicos da Geografia, definiu três faixas longitudinais (litoral, serra e planalto), e dos aspectos humanos dividiu em faixas transversais - a meridional, densamente povoada, possuindo um certo grau industrial e a cultura de café; a septentrional, menos densamente povoada, com vertentes nordestinas. (RBG, nº 4, v. 2, 1940).

Com relação à região Sul, permaneceu a divisão que já era comum fazer, apenas houve a retirada da zona norte de São Paulo. Ainda, segundo a publicação, seria possível também de dividi-la em sub-regiões distintas (o planalto paulista, a zona de araucárias e a campanha gaúcha). Por fim, a região Central (definida na publicação como a menos conhecida), compreende as características do Cerrado e comportaria ainda sub-divisões (Pantanal e o Planalto Sul Matogrossense). A divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho ponderou ainda, as zonas de transição quando havia duas regiões adjacentes através das faixas mais ou menos largas. (RBG, nº 4, v. 2, 1940).

Citando os métodos da Geografia Moderna, o artigo “Divisão Regional do Brasil” de Fábio Guimarães, era necessário haver uma divisão regional para fins administrativos, estatísticos ou mesmo didáticos. Para ele, havia uma desorganização quanto à divisão regional brasileira até então, e a situação começava a ser revertida a partir da chamada “Lei Geográfica do Estado Novo”, através do decreto nº 311 de 1938, do então presidente Getúlio Vargas, e que é definida como uma das mais fecundas realizações do IBGE, realizando a Campanha dos mapas municipais (RBG, nº 2, v. 3, 1941).

Há uma discussão amplamente baseada no conceito de Região Natural, sobre o Brasil especialmente e a prevalência dos geógrafos modernos quanto às características da Geografia física para definição das regiões naturais, deixando a Geografia humana em segundo plano. Ao que concerne à didática, os chamados “compêndios de Geografia”, sendo eles os livros didáticos escolares, continham algumas divisões em agrupamentos. Para o ensino da Geografia era descrito e orientado que:

Tratando-se duma divisão prática para fins didáticos, é imprescindível que seja baseada nas "regiões naturais", pois no ensino da Geografia o estudo do meio físico é fundamental, assume uma importância primordial. Somente uma divisão em "regiões naturais" poderá servir, de modo adequado, ao estudo da Geografia Física (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 340).

O artigo em tela ainda destaca outras propostas de divisões regionais do Brasil, como a elaborada por Von Martius (1843), considerado o precursor da ideia de divisão regional para

fins didáticos, que focalizava nos aspectos históricos e a de André Rebouças, em 1889, dividiu o Brasil em dez zonas agrícolas (RBG, nº 2, v. 3, 1941).

A divisão regional proposta por Elisée Réclus em 1893, começa a se aproximar da abordagem natural, e divide o Brasil em oito regiões. A divisão proposta por Said Ali em 1905, já apresenta cinco regiões, como a de Delgado de Carvalho, de 1913. Em sua proposta, Delgado considerou algumas questões da divisão de Said, e fez algumas modificações consideradas importantes para a época, evidenciando-se como fundamental para o ensino, pois “trata-se evidentemente duma divisão prática, para fins didáticos e por isso as unidades políticas tiveram de ser consideradas por inteiro” (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 347).

Pierre Denis propôs uma divisão em seis regiões, partindo para uma análise mais prática da concepção natural. Em 1937, Betim Pais concebe uma divisão regional em sete zonas estruturais, principalmente geológicas e mesmo sendo um pouco diferente da de Delgado, também foi considerada importante. Outra divisão, essa considerando aspectos já propostos por Delgado, a de Moacir Silva, dividiu o Brasil em oito regiões e o número excessivo foi criticado, afinal, apenas cinco regiões era o ideal. Por fim, a divisão do Pe. Geraldo Pauwels, em 1926, estabelecida a partir de critérios naturais da Geografia física seis regiões e, apesar da cientificidade, não seria ela de maneira prática.

A divisão regional proposta por Delgado de Carvalho, além da sua cientificidade e praticidade, ficou amplamente conhecida “quase tôda uma geração de brasileiros aprendeu a conhecer o território pátrio através de tal divisão, que tem demonstrado corresponder perfeitamente às necessidades do ensino, e assim as regiões que ela considera já são familiares à mocidade do Brasil” (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 370).

3.1.3 MATERIAIS DIDÁTICOS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NA GEOGRAFIA

Nas orientações metodológicas para se ensinar Geografia contidas nas páginas da RBG, se destacam o método de ensino ativo e outras prescrições relacionadas à Escola Nova, mas também, ao Estado Novo. Sendo assim, ficava estabelecido:

Aspecto da escola moderna - o ensino ativo. O ensino geográfico moderno: objetivo, pela observação direta que, em extensão crescente, vai da sala de aula ao recreio, da escola ao sítio, observação e interpretação da paisagem crescente, conjectura da zona da influência de fatos observados, interpretação viva da cartografia. (RBG, nº 1, v. 3, 1941, p.167).

·
O ensino ativo em seu conjunto de inovações, se baseia na utilização de atividades diversificadas as excursões escolares, as viagens imaginárias (simuladas), projeções luminosas,

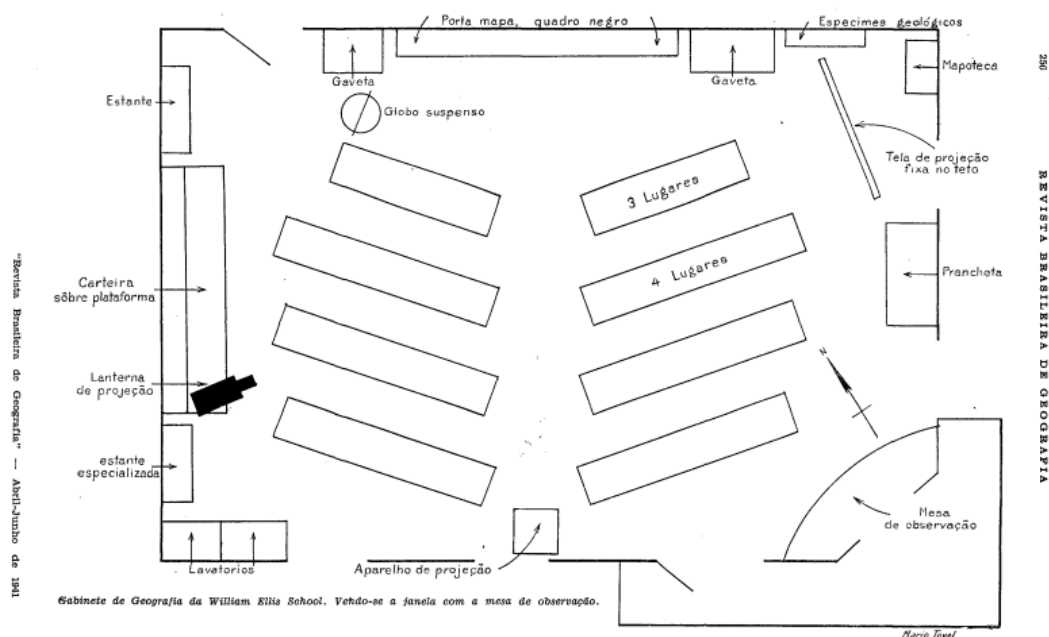
trabalhos manuais, jogos, mapas em madeira, Gabinetes de Geografia, entre outros (DIAS, 2021).

Para Zarur (RBG, nº 2, v. 3, 1941), na constituição de um Gabinete de Geografia, se encontram diversos materiais reunidos em um único ambiente, devidamente separados e organizados para fins didáticos. Os recursos que deveriam estar disponíveis no referido ambiente seriam os mais variados possíveis, como:

a) mapas; b) globos; c) modelados em massa; d) estereogramas e tabuleiros de areia; e) atlas; f) coleção de selos, de postais, de cadernos ilustrados e de fotografias; g) livros de estudo, de leitura e revistas geográficas; h) material fotográfico; i) material de projeção; j) material para excursão; l) material de meteorologia; m) espécimes geográficos (formação do museu escolar). (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, v3, n2, p. 248)

A seguir (Figura 2), podemos visualizar uma planta do que seria uma sala ambiente, a exemplo do Gabinete de Geografia da William Ellis School:

Figura 2: Gabinete de Geografia

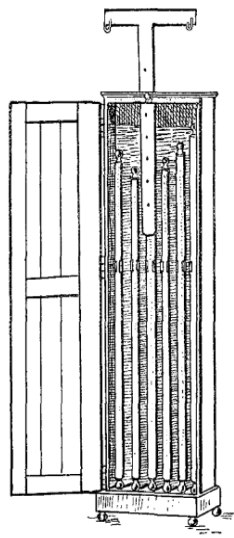


Fonte: Revista Brasileira de Geografia (1941, v3, n2, p. 255)

Com a projeção arquitetônica apresentada, o Gabinete organiza uma diversidade de recursos - uma Mapoteca; um Globo Suspenso; Lanterna de Projeção; Aparelho de projeção; Tela de projeção fixa no teto, Prancheta; Mesa de observação; Mapa; Quadro negro; Especimes geológicos; Estante Especializada; etc. - em um mesmo espaço, de forma que cada um ocupa uma posição adequada para sua utilização.

Um dos recursos didáticos importantes no Gabinete de Geografia é a Mapoteca (Figura 3), que tem como finalidades facilitar o suporte dos mapas e a preservação física dos mesmos, conservando-os por um período maior, bem como serviam para classificá-los, o que certamente, auxiliaria no momento em que o docente iria utilizá-lo e selecioná-lo de acordo com a temática estudada. Na imagem abaixo é possível ter a noção de que era uma espécie de armário com pequenos suportes para apoiá-los.

Figura 3: Mapoteca



Pequena mapoteca para sala de aula, com capacidade limitada para poucos mapas. O suporte das cartas é muito prático.

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

Nos chama atenção o recurso didático denominado por Zarur (RBG, nº 2, v. 3, 1941) Mapa-quadro negro (Figura 4):

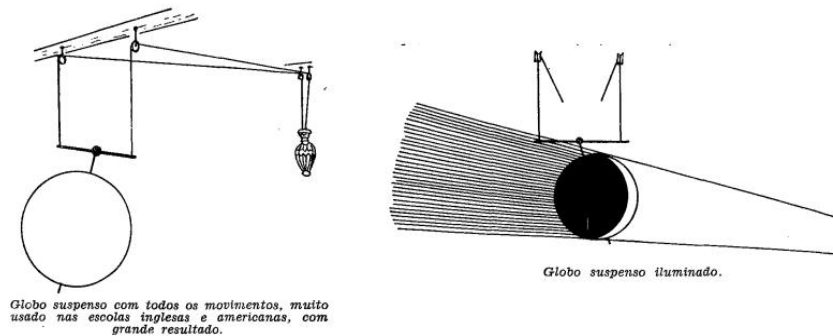
Figura 4: Mapa-quadro negro

Tipo de mapa-quadro negro, onde o professor pode fazer vários exercícios sem necessidade de apagar o contorno.

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

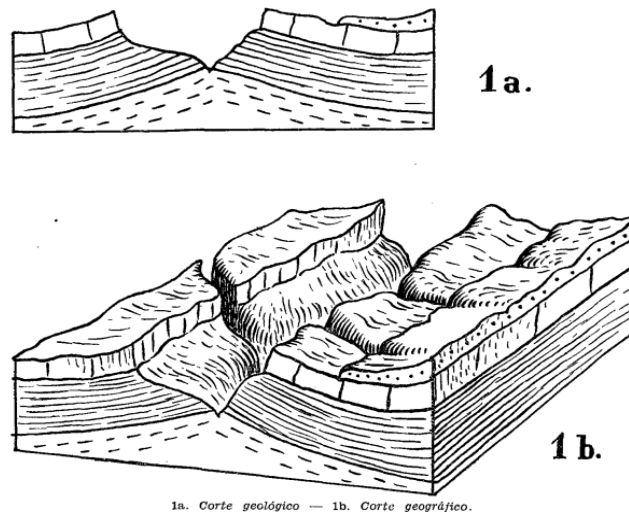
Diferentemente do que atualmente chamamos quadro-negro, utilizado para a escrita de atividades e conteúdos escolares com o auxílio do giz, o Mapa-quadro negro possui um contorno fixo da América do Sul para o professor escrever, fazer marcações, atividades e explicações sem precisar se preocupar em apagar o desenho do mapa. Foi considerado um recurso didático permanente e usual para as aulas de Geografia.

Outro material didático prescrito que atualmente nos é comum, é o Globo Terrestre. Para Jorge Zarur “há no adolescente o prazer singular de fazer girar o globo imaginando que tem nas mãos uma miniatura do mundo” (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 250). Para despertar a curiosidade dos alunos, a orientação é que este globo seja suspenso no teto, podendo assim ser movimentado em diversos ângulos contribuindo para a visão de toda a sala de aula (Figura 5). Pode também o professor contar com o diferencial da iluminação, para melhor explicar, por exemplo, o movimento de rotação da Terra.

Figura 5: Utilizações do Globo suspenso

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

Outros recursos prescritos são os modelados (Figura 6), utilizados para demonstrarem algumas formas de relevo em miniatura, e os estereogramas (ou bloco diagrama) e tableiros de areia (Figura 6). Criados pelo geógrafo americano Morris Davis, seu uso se destinava a representar as formas existentes em uma paisagem, demonstrar a evolução das mesmas e realizar uma junção da Geografia regional com a Geografia geral.

Figura 6: Corte geológico (Estereogramas e tableiros de areia)

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

Os blocos-diagrama, como chamados por Delgado de Carvalho, são recursos gráficos representados em três dimensões, “empregados no ensino da fisiografia nas escolas

secundárias” (RBG, nº 3, v. 4, 1942, p. 579). Estes são destaque na sessão de comentários na 3ª edição da RBG de 1942, em que Sílvio Fróis de Abreu define:

O emprêgo de modelos ou desenhos para elucidar as modificações das formas do terreno, tem sido desenvolvido no ensino de geografia, nos tempos mais modernos. Por meio do modelo, representando a superfície do terreno em suas relações com a estrutura do solo e com as ações superficiais ou fenômenos geológicos internos, tem o estudante uma explicação clara dos fatos concernentes à fisiografia e pode, mediante o conhecimento dos exemplos típicos, dar uma explicação para qualquer caso que se lhe apresente na natureza (RBG, nº 3, v. 4, 1942, p. 579).

Considerados mais eficientes que os tabuleiros de areia, porém, um acrescenta benefícios ao outro. Com relação ao uso de ambos no ensino de Geografia, mais precisamente para as temáticas físicas, funcionavam como demonstração da realidade do que estava sendo estudado, facilitando a efetivação de um ensino “concreto, vivo e evocador, sob um aspecto dinâmico” (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 251).

Recursos como Atlas poderiam auxiliar na leitura cartográfica e interpretação dos fenômenos geográficos. Já o uso de materiais considerados ilustrativos, como coleções de selos, postais, cadernos ilustrados e fotografias:

[...] tem razão psicológica, pois transmite à mente impressões, as quais, no caso de simples audição ou leitura, teem que depender da imaginação e da memória do aluno. Faz-se a aprendizagem, com auxílio desse material, de modo muito mais vivo, rápido e preciso, porque, a memória visual, na maioria dos educandos, persiste por mais tempo que as outras. (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 252 - 253).

Os livros, de leitura e didáticos, não são deixados de lado nas prescrições de materiais didáticos. Os primeiros podiam ser considerados como livros dos exploradores que traziam os aspectos globo, e forneciam aos educandos “o sentido da aventura, da audácia e da energia”. Os livros didáticos ou compêndios, se mostravam como fonte para os estudos, contendo os principais conteúdos e informações para o ensino geográfico.

Por fim, destacamos a prescrição metodológica para realização de excursões escolares. O trabalho de campo é mais uma essência da Geografia francesa, e é recomendada com fins didáticos para a Geografia pela primeira vez por Delgado de Carvalho, que acreditava que o contato direto com o meio fazia aproximar o aluno de sua realidade vivida, bem como proporcionar um melhor entendimento da relação Homem e Natureza. Para ele,

O jovem professor de geografia, treinado nas nossas universidades, se acha compenetrado das idéias modernas aplicadas geograficas ao ensino de sua matéria. Ele sabe, por exemplo, que o professor nunca deve "dominar a situação", mas esperar o "despertar do interêsse" no aluno, êle foi ensinado a levar os seus educandos habilmente ao desejo de conhecer, a sentir a necessidade de pesquisar. Ele está conciente de poder realizar êste objetivo da pedagogia moderna, considerado hoje

como capital. Entretanto, a êste mestre cheio de entusiasmo sadio, é entregue um programa, do qual a primeira linha apresenta a expressão: "Sistema solar". A meninos e meninas de onze. anos, em primeira série, êle vai ter de ensinar, sem "dominar à situação", bem entendido, o sistema solar. Duas noites sem sono vai êle, pelo menos pãssar, meditando o modo de despertar o interêsse dos alunos sôbre o plano da eclíptica e fazê-los sentir a necessidade de conhecer as órbitas, dos planetas inferiores. Talvez, na sua insônia, seja levado a se aproximar da janela e a contemplar a noite. Se for estrelada, êle pensará consigo mesmo: "Ah ... se minha aula fosse à noite, eu poderia facilmente alcançar meu objetivo ... Teria apenas de esperar as perguntas dos alunos que, com certeza, não falhariam; eu então entraria no assunto". O jovem professor teria razão: a sua intuição confirmara os ensinamentos que lhe foram ministrados. O contacto com a realidade determinaria, por si só, o início de todo um processo de aprendizagem. (RBG, nº 4, v. 3, 1941, p. 866).

Para além do exposto, as excursões contribuía com o estudo da Geografia local, a partir da observação direta dos fatos da localidade, servindo como espaço de socialização e troca de experiências, contribuindo com o desenvolvimento pessoal e social do aluno (DIAS, 2013). Para a realização destas, alguns objetos se faziam necessários como "barracas, bússolas, podômetros, trenas, telômetros, binóculos, cartas, roteiros, ferramentas, embornais, cantís, etc. [além de] materiais meteorológicos [como] termógrafo, barógrafo, pluviômetro, anemômetro e higrômetro" (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 255). Esse conjunto, são itens didáticos que propiciariam, contudo, o alcance dos objetivos educativos.

O ensino socializado, foi mais uma prescrição metodológica para a Geografia no curso secundário, que surge em oposição às práticas mnemônicas com o objetivo que o aluno se tornasse parte ativa da aula, estabelecendo assim, uma tentativa de maior interação e vínculo entre os discentes. Sendo assim,

O ensino socializado consiste em organizar de tal modo as atividades dos alunos, que estes realizam o seu trabalho em colaboração, dividindo as tarefas, auxiliando-se mutuamente, e aproveitando-se, em conjunto, dos resultados obtidos. Dêsse modo, espera-se que os alunos, além do progresso na matéria, adquiram hábitos sadios de convívio social, de colaboração, de responsabilidade perante o grupo e uma consciência social. A idéia central dêsse método é evitar a concorrência individual". (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 258).

Se trata, portanto, de um trabalho em grupo para alcançar resultados a partir da construção coletiva de convívio. Nesse sentido, destacamos dois aspectos dessa metodologia; o primeiro, o professor deixa de ser o orientador principal, fica limitado através de um comitê de alunos, selecionado pela turma para direcionar a atividade. Já o segundo aspecto, o docente ministra a atividade e os alunos ficam com a autonomia reduzida. Todavia, o autor Zarur (RBG, nº 2, v. 3, 1941) evidencia que essa metodologia não deveria ser utilizada frequentemente, apenas quando necessário, era preciso moderação.

Desta forma, a metodologia possui suas vantagens e desvantagens, como tornar o contato entre professor e aluno menos formal, a fomentação do interesse para aprender o estudado, aumenta a consciência grupal e social, o senso de liderança e auxilia o aluno a melhorar a expressão dos pensamentos, além de sua independência. Como desvantagem, há dificuldades em sua organização, o que conseqüentemente faz perder tempo, o conhecimento obtido pode ser superficial e precário, há chances de haver uma discussão improdutiva, o que pode torná-la uma metodologia rotineira.

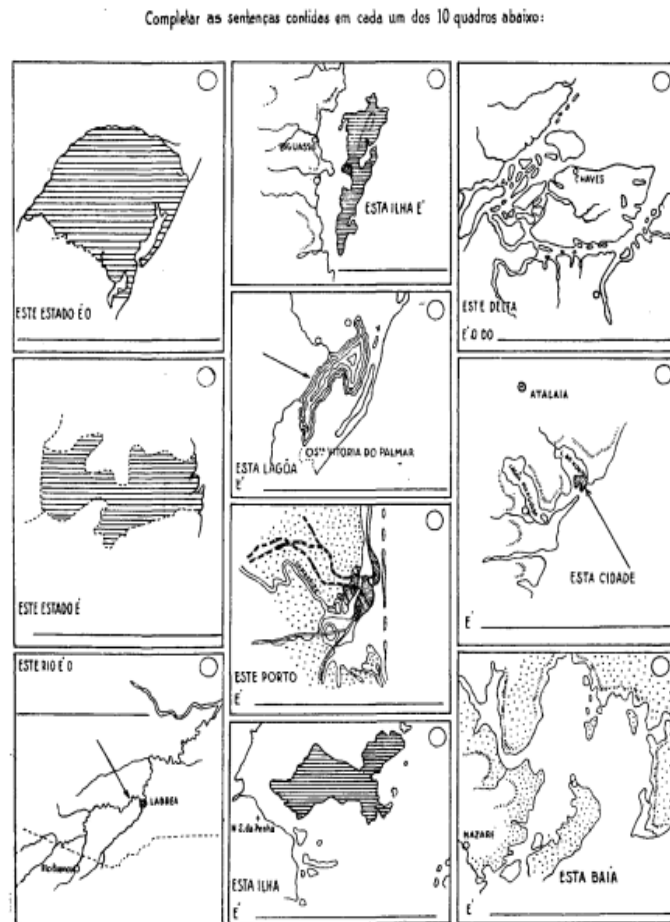
No que se refere ao processo de verificação da aprendizagem, encontramos na RBG, no período do nosso recorte temporal, alguns artigos que se referiam aos métodos avaliativos como “testes”. Portanto, é posta em questão a problemática que transcorria desde o século XX, através da prova clássica ou simplesmente, a composição ou ensaios para a verificação da aprendizagem. Para Lourenço Filho, “a Escola Nova proclama a necessidade de verificação objetiva dos elementos da educação e de cada passo do aprendizado” (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 259).

Havia, nesse sentido, a carência e o estabelecimento de critérios, tornando uma diferença de padrão de julgamento em relação ao mérito e excelência das provas, além das diferentes visões que o docente possui referente à mesma prova e as divergências referentes ao senso de humor ou “estado de espírito” no momento em que iria se “julgar” – avaliar (RBG, nº 2, v. 3, 1941).

Segundo Jorge Zarur, ao tratar do “Emprêgo dos Testes” na RBG (nº 2, v. 3, 1941) afirma que não efetuou-se uma inovação de verdade e que cerca de quinze anos antes do período em questão, já utilizavam os testes propostos, entre eles: a) de perguntas e respostas; b) de preencher ou completar lacunas; c) de alternância (sim ou não, certo ou errado); d) de múltipla escolha (várias soluções para uma escolha certa); e) de encaixe.

Os testes que eram elaborados e aplicados para os alunos do Curso Secundário, ou até mesmo em concursos, a exemplo do “Completar as sentenças” (Figura 7), eram consideráveis para a época, na qual buscavam formar com as bases do patriotismo, nacionalismo, conhecimentos territoriais e aspectos do país.

Figura 7: Teste de Completar Sentenças elaborado por Delgado de Carvalho



Tipos de testes usados em Concursos e organizados sob a orientação do prof. Delgado de Carvalho.

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

É perceptível que Delgado buscou relacionar diretamente as imagens, para verificação da aprendizagem sobre os aspectos da Geografia regionais e territoriais do Brasil. Apesar do discurso de renovação das práticas de ensino, a estratégia avaliativa se mostra mnemônica e conservadora.

Alguns destaques são feitos por Zarur apontando vantagens e desvantagens do emprego de testes como abordagem estratégia avaliativa. Entre as vantagens, estavam a amplitude do teste que abrangia toda a matéria, sendo diferente da prova clássica e de composição, pois, havia uma maior quantidade de perguntas. A própria rapidez em respondê-lo, facilitaria a correção por parte do professor, acabando por auxiliar na objetividade do “julgamento”, tornando-o um teste “impessoal, objetivo e fidedigno” (RBG, nº 2, v. 3, 1941).

Em contrapartida, a questão do tempo economizava na correção, dobrando a organização do teste. Este tipo de atividade não permitia que os educandos pudessem expressar

seus pensamentos e reflexões, dificultando uma avaliação completa e que de fato mostrasse seu desenvolvimento. Outro problema, se dava a impressão destes materiais, pois alguns colégios não tinham recursos para permitir essa disponibilidade. Outra desvantagem e, ao mesmo tempo uma crítica, seria a medição da memória e não do senso crítico que o aluno produzia, o que conseqüentemente, a memorização levava à chamada “fraude”. Para mais, o quesito tempo ainda deixava os discentes “nervosos e morosos”, desfavorecendo as respostas e sua capacidade de pensar e refletir, bem como não considerava as diferenças individuais (RBG, nº 2, v. 3, 1941).

Sendo assim, a partir do exposto,

[...] Na verificação da aprendizagem não é vantajoso o uso exclusivo de um dos meios: "clássico" ou de "testes". Parece-nos como método ideal um sábio aproveitamento dos métodos de provas e composição com o emprêgo dosado de testes (RBG, nº 2, v. 3, 1941, p. 263).

O mais recomendável era a união dos testes de fatos e de compreensão, pois ampliariam os pensamentos dos discentes, além do mais, os professores não poderiam, tampouco deveriam, se prender apenas aos testes, avaliando os alunos também através de relatórios, interrogatórios orais etc.

Não podemos deixar de considerar que as propostas apresentadas de fato se encontram imbuídas de proposições modernas para um ensino de caráter prático para a Geografia, em que o aluno fosse sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, por outro lado, apesar da abordagem inovadora a partir de excursões, viagens simuladas, recursos didáticos, davam um caráter conservador ao ensino, por reivindicar o nacionalismo e a construção do sentimento patriótico (DIAS, 2021), elementos indispensáveis para o molde que o Governo da época desejava.

No entanto, através das orientações percorridas nos artigos da RBG, identificamos neste periódico um caráter formador, com escrita direcionada para professores que estavam sendo formados no período, bem como aqueles que já atuavam no curso secundário. Além de funcionar como uma leitura pré-profissional e prática, os que já ministravam as aulas poderiam refletir sobre o ensino secundário, os materiais didáticos, os métodos avaliativos. Apesar de não ser pensado com finalidades estritamente didáticas, temos um veículo de auxílio na formação de docentes no período estudado.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, foi possível perceber as características de inserção da Geografia Moderna através das publicações contidas na *Revista Brasileira de Geografia*. O periódico condiz com a ideia principiante de que parte do conteúdo produzido tinha, sobretudo, o objetivo de proporcionar uma formação para os professores do ensino secundário, sejam as ideias e propostas da Geografia moderna escolar, sejam as finalidades do Movimento Escola Nova. A revista era um veículo formador que em sua disseminação nas bibliotecas escolares ou em outros ambientes, os docentes ao terem contato seriam automaticamente orientados pelas prescrições exemplificadas nela e teriam influência direta em sua prática no ensino secundário.

Portanto, o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) contribuiu, sobremaneira, na constituição da Geografia escolar moderna através de suas ações, propostas, periódicos e publicações relevantes, assim como por meio de campanhas de divulgação e colaborações através de materiais/recursos produzidos. Além disso, o contexto histórico da época estudada possui relação direta com a Geografia escolar e com a formação de professores secundários. As metodologias colocadas nas publicações da revista, discutidas e orientadas, tal como as prescrições metodológicas contidas no período coadjuvaram para uma formação com os preceitos modernos.

Nesse sentido, temos algumas inovações que perpassam as práticas escolares do período, por meio de atividades, metodologias e direcionamentos que se relacionavam com a superação das críticas dos intelectuais e das defesas em atingir o “novo” para o ensino. Orientações estas que auxiliavam os docentes na instrumentalização de sua prática em sala de aula.

Defendemos que a pesquisa historiográfica sobre a Geografia escolar contribui não só para a ampliação de resultados nesta linha de pesquisa, mas também para, conforme Goodson (2000 *apud* Pereira e Pezzato, 2021, p.7), “[...] estudar os conteúdos, seus discursos e formas textuais como construções e seleções sociais que se entrecem nas continuidades e descontinuidades históricas que, por sua vez, marcam os propósitos (sociais e de ensino), a gênese e os conteúdos [...]” que permeiam a disciplina escolar, em específico a Geografia. Acreditamos, à vista disso, as continuidades são consideráveis para que o periódico supracitado seja fruto de novas pesquisas, adquirindo novos resultados, surgindo novos pesquisadores interessados nesta área.

Apesar do crescimento da pesquisa histórica voltada para a área da educação, ainda são escassos os estudantes que despertam o olhar de pesquisador para as disciplinas escolares, em

especial para a Geografia. Como enfatizado no trabalho, o geógrafo e educador conhecer a história da disciplina em que leciona é fundamental para compreender e relacionar a nossa prática pedagógica em sala de aula. Foi (apenas) através do grupo de pesquisa e do PIBIC que se deu a possibilidade conhecer o campo da história da educação.

Portanto, a universidade é o principal meio para fazer uma ponte entre o estudante de graduação e a pesquisa científica. É necessário realizar uma aproximação para que essa linha de pesquisa amplie os espaços e conhecimentos à luz da ciência geográfica, e assim a Geografia escolar esteja frequente nos estudos e ambientes do curso de Geografia da UEPB/Campus III,. Acreditamos que, uma disciplina sobre a História da Geografia Escolar seja uma necessidade evidente. Dessa forma, a constituição dela como componente curricular facilitaria o contato direto e o surgimento de novos pesquisadores na área que se encontra ausente no Centro de Humanidades.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Vera. Era preciso redescobrir o Brasil. **Terra Brasilis** [Online], n. 3, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/982>>. Acesso em Jan./2022.
- ABREU, Sílvio Fróis de. Esboço das regiões naturais do estado da Baía. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1939. p. 68-76. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n1.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.
- ABREU, Sílvio Fróis de. O recôncavo da Baía e o petróleo do Lobato. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1939. p. 57-83. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n2.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.
- ALBUQUERQUE, M. A. M. Um debate acerca da origem da Geografia Escolar no Brasil. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 2, p. 13-23, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1374/640>>. Acesso em Mar./2022.
- _____. DOIS MOMENTOS NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR: a geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 19–51, 2011. Disponível em: <<https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/29>>. Acesso em: Mai./2022.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- CABRAL, Thiago Manhães. As temáticas físico-naturais e a Geografia escolar moderna: grupos políticos, demandas e lutas pela significação curricular na Era Vargas (1930 – 1945). **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. v.14, n.25, p.123-157, Ago./Out. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8992>> Acesso em: Jul./2022.
- CACETE, N. H. A formação dos professores secundários em São Paulo – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: 1930-1960 – as origens. In: CACETE, N.H. **O ensino superior no Brasil e a formação de professores (1930-2000)**. 1ª. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. v. 1. p. 13-47.
- CAMARGO, Alexandre P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan/jun, 2009. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=42>. Acesso em: Set./2021.
- CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do Ensino Geographico**. Petropolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1925.
- CARVALHO, Delgado de. A Excursão geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941. p. 864-873. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n4.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

CARVALHO, Delgado de.; ABREU, S. F. Blocos Diagramas. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942. p. 579-586. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n3.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

CARVALHO, L.F. F.; STRAFORINI, Rafael. Instituições que educam: a formação do professor de geografia no surgimento das universidades brasileiras. **PERSPECTIVA** (UFSC) [ONLINE], v. 36, p. 1218-1240, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n4p1218>>. Acesso em Jan./2022.

CASTRO, Cristóvão Leite de. Atualidade da Cartografia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 462-470. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], n. 3, p. 17, 2014. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/990>. Acesso em: 10 jun. 2022.

COSTA, A. A.; FARIAS, P. S. C. **Formação Territorial do Brasil**. 1. ed. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2009. v. 1. 280p.

COSTA, Patrícia Coelho. Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador. In: IBGE. Documentos para Disseminação. **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro. 2009. p. 39 – 52.

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tásia Hortêncio de Lima. **Introdução à Ciência Geográfica**. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2011.

DIAS, A.M.L. **Linguagens lúdicas como estratégia metodológica para a Geografia Escolar na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1953)**. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB): João Pessoa, 2013, 95 f.

DIAS, Angélica M. L. **Revista do Ensino e a Geografia Escolar (1932-1942): inovações educacionais na Paraíba**. 2021. 181 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2021.

GUIMARÃES, F. M. S. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941. p. 318-373. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf. Acesso em: 19 out 2021.

LOPES, Maria Rita de Castro. **Boletim Paulista de Geografia (1949-1979): leitura sobre o saber geográfico escolar**. In: 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias, 2019, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas: Unicamp, 2019, p. 907 – 922. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2938>>. Acesso em: Jul./2022.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). Disponível em: <<http://pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>> Acesso em: Set./2021.

MELLO, M. C. O.; CUANI JUNIOR, J.L. Geografia no currículo da Escola Secundária brasileira, a partir da proposta de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho (1935). **Revista signos geográficos**, Goiânia-GO, v. 2, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/signos/article/view/61652>>. Acesso em Mar./2022.

PEREIRA, D. C.; PEZZATO, J. P. Movimento Escola Nova e Geografia Escolar Moderna: Entre a vanguarda e a manutenção dos costumes. In: Maria Adailza Martins deAlbuquerque; Angélica Mara de Lima Dias; Luiz Eugênio Pereira Carvalho. (Org.). **História da Geografia escolar: fontes, professores, práticas e instituições**. 1 ed. Curitiba - PR: Editora CVR Ltda, v. 1, p. 257-283, 2021.

Redação IBGE. Boletins de Associações Integradas no C.N.G. Boletim da Associação dos geógrafos brasileiros (São Paulo). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941. p. 179-188. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n1.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

Redação IBGE. Curso de férias da Associação Brasileira de Educação. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941. p. 164-168. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n1.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

Redação IBGE. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942. p. 149-156. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf. Acesso em: 28 nov. 2021.

Redação IBGE. Resoluções da 3.^a sessão ordinária de Assembléia geral do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 117-133. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n1.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

Redação IBGE. Revista Brasileira de Estatística. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 482. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

RIBEIRO, Guilherme.; ROCHA, A. S.; OLIVEIRA, L. D.; SILVA, M. R.; RODRIGUES, G. B.; RAMOS, Tatiana T.; ARANTES, L. **Centro de cálculo, redes de circulação e história da geografia: o caso da Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1939-1996)**. CONFINS (PARIS), v. 45, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/28356>>. Acesso em Fev./2022.

ROCHA, Genylton Odilon Rego. Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensinoda Geografia escolar brasileira. **Terra Brasilis** [On line], 2012, p. 1-19. Disponível em:<<http://terrabrasilis.revues.org/293>>. Acesso em: Mai/2022.

ROCHA, Genylton Odilon Rego. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografiaescolar no Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15 – 34, Jan./Jun. 2014. Disponível em:

<<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/issue/view/144>>. Acesso em: Jun. 2022.

SANTOS, Fátima Aparecida dos. **A Escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX**. 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

SANTOS, Marco. Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano. In: IBGE. Documentos para Disseminação. **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro. 2009. p. 11 – 14.

Secretaria Geral do C.N.G. Ecos do IX Congresso Brasileiro de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 622-643. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n4.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

SENRA, N.C. A junção do G ao E na formação do IBGE. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], n. 3, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/926>>. Acesso em Jan/2022.

SOARES, J.C.M. Apresentação. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1939. p. 3-6. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n1.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. Reflexões sobre a Investigação em História da Formação de Professores de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; UMBELINO, Ariovaldo. **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 241 - 246.

ZARUR, Jorge. A geografia no curso secundário. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941. p. 227-269. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

REVISTAS

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 1., n 1., 1939.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 1., n 2., 1939.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 1., n 3., 1939.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 1., n 4., 1939.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 2., n 1., 1940.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 2., n 2., 1940.

- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 2., n 3., 1940.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 2., n 4., 1940.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 1., 1941.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 2., 1941.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 3., 1941.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 4., 1941.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 4., n 1., 1942.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 4., n 2., 1942.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 4., n 3., 1942.
- Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 4., n 4., 1942.